

O PROTAGONISMO CONTEMPORÂNEO DA MULHER SURDA E A LUTA CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA E DE GÊNERO

The contemporary role of deaf women and the resistance to all forms of linguistic and gender violence



Gladis Perlin¹



Ana Paula Jung²



¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Florianópolis, SC, Brasil; gladisperlin@gmail.com.

² Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Palhoça, SC, Brasil; jung.ana@gmail.com.

RESUMO

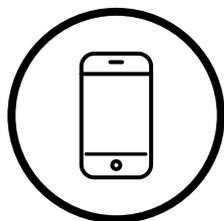
Impostas à existência como mulheres surdas serem narradas sob a ótica da deficiência, historicamente esse grupo foi e é subjeitado a diversos tipos de violência. Na atualidade mulheres surdas têm conquistado lugar de destaque na sociedade. Mas uma parte representativa destas mulheres ainda sofre por ser apartada e destituída da plena participação social. O objetivo deste texto é tensionar a reflexão sobre como as mulheres surdas na atualidade enfrentam as barreiras que a sociedade impõe. Para tanto, apresentamos relatos narrados durante o II CONALI (Congresso Nacional de Libras), ocorrido em abril de 2023, em Brasília (DF). As questões que emergiram nos diálogos realizados no Grupo de Trabalho que debateu sobre as questões de direito deste grupo trazem indicativos de como as mulheres surdas enfrentam inúmeras barreiras sociais, muitas delas impostas pela ótica da deficiência, imputando-lhes o lugar de incapazes e constituindo-as em vítimas de múltiplas violências.

Palavras-chave: Mulheres surdas; Violência de gênero; Violência linguística; CONALI.

ABSTRACT

Imposed into existence as deaf women narrated from the perspective of disability, historically this group has been and is subjected to various types of violence. Today, deaf women have gained a prominent place in society. But a representative proportion of these women still suffer from being ostracized and deprived of full social participation. The aim of this text is to encourage reflection on how deaf women today face the barriers that society imposes. To this end, we present stories told during the II CONALI (National Congress of Libras), which took place in April 2023, in Brasília (DF). The issues that emerged in the dialogues held in the Working Group that debated this group's rights issues are indicative of how deaf women face countless social barriers, many of them imposed from the perspective of disability, making them incapable and constituting them victims of multiple forms of violence.

Keywords: Deaf women; Gender violence; Linguistic violence; CONALI.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**
<https://youtu.be/PXNOzKR2f1k>



Introdução

Surgem, em nosso tempo, múltiplas contribuições que visam refletir sobre as práticas sociais patriarcais, assim como vêm se fortalecendo as questões étnico-raciais e as lutas de diversos grupos minoritários, na perspectiva da defesa de direitos fundamentais e do fortalecimento do protagonismo destes grupos. Esses movimentos vêm gerando mudanças significativas nas práticas sociais, desacomodando relações e quebrando costumes historicamente engessados. Sobre o que consideramos como a representação das mulheres nas discussões das políticas públicas, temos um quesito direcionador que vem se consolidando cada vez mais: as contribuições das reflexões acadêmicas vindas de diferentes instituições e grupos de pesquisa, bem como as contribuições trazidas pelos grupos étnicos e representativos de minorias, que têm o poder de falar por si próprios. Como resultado da mobilização destes grupos, por exemplo, podemos citar o impacto positivo causado na sociedade brasileira a partir da criação do Ministério das Mulheres no Governo Federal. Neste sentido, nota-se que as mudanças são crescentes e que algumas delas, não tão recentes, já se encontram consolidadas, principalmente pelos anos de luta e da atuação numa perspectiva da militância pelas causas feministas.



As mulheres surdas³ vivem mergulhadas durante séculos em assombrosas trevas, constituídas a partir das narrativas histórica e socialmente constituídas que tentaram mantê-las no lugar da deficiência, desconsiderando por completo seu lugar de fala, que se constitui, em grande parte, a partir da diferença linguística e cultural do povo surdo. Mesmo que as mulheres surdas conquistem posições idênticas às das mulheres ouvintes nas mais diversas áreas da vida, quando nos referimos a âmbitos legais e institucionais este grupo ainda está distante de usufruir de plenas possibilidades de participação na vida social.

O aprofundamento acerca das concepções sociais, culturais, étnicas, políticas e antropológicas sobre as mulheres, em geral, pouco impacto tem gerado para as mulheres surdas, sem que sejam trazidas maiores contribuições a partir de elementos mais significativos sobre temas e tópicos relevantes nestes campos de discussão. Percebe-se que as mudanças já conquistadas são, de fato, mais visíveis no cotidiano das mulheres ouvintes (mesmo que apresentem alto potencial para alavancar e impulsionar a discussão também entre as mulheres surdas). Cabe frisar que as mudanças alcançadas pelos movimentos feministas chegam tardiamente às mulheres surdas.

Tomando como foco de análise a experiência vivenciada por um grupo de mulheres surdas ao longo das discussões realizadas por um grupo de trabalho (GT) que debateu as questões de direito destas mulheres, pretende-se olhar para os vários depoimentos que emergiram no II CONALI⁴. Os relatos que vieram de muitas dessas mulheres surdas colocaram em evidência as mais diversas e cruéis formas de agressões sofridas por essas mulheres. Naquele território de escuta proporcionado pelo GT, essas mulheres compartilharam sobre suas infelicidades pessoais, bem como sobre a manutenção de sua própria dignidade, o que no dia a dia costuma ficar em segundo plano ou é algo até mesmo inexistente⁵. A temática da mulher surda, na atualidade, se configura como território de representações que não pode ser delimitado de maneira simplista ou, pior que isso, compreendido a partir de “modelos sobre a surdez” nos quais as mulheres surdas já não mais se localizam ou se narram.

Durante a realização das discussões promovidas no âmbito do GT, as questões que emergiram durante as rodadas de diálogo mostram a face de mulheres surdas em suas situações individuais de abandono, a partir de percepções constituídas pela sociedade que são pautadas pela ótica da deficiência, da incapacidade. Neste sentido, essas mulheres surdas expressam fatos do vivido, percebendo que também são constituídas socialmente enquanto mulheres que foram e são vítimas de múltiplas violências, sejam elas de ordem sexual, linguística, psicológica e muitas outras.

³ Optamos por utilizar e destacar a percepção das mulheres surdas repetidamente no decorrer deste texto, considerando que o lugar de fala da autora principal é de quem está inserida entre essas mulheres, pois também é uma mulher surda. A segunda autora, por sua vez, uma mulher ouvinte pertencente à comunidade surda e que contribui com este texto a partir de sua participação como Tradutora Intérprete de Libras-português nas atividades do GT que discutiu as questões de direitos das Mulheres Surdas no II CONALI e, a partir deste lugar, entende a relevância de colocar-se em posição de apoio para que as falas e as lutas das mulheres surdas ocupem o merecido lugar de protagonismo das ideias aqui expressas.

⁴ A Conferência Nacional de Libras é um evento realizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), sendo que sua 2ª edição ocorreu na UnB, em Brasília (DF), durante o mês de abril de 2023. Outras informações sobre o evento podem ser acessadas em <https://conali.feneis.org.br>.

⁵ É necessário ressaltar neste ponto que tais relatos evocaram sentimentos muito profundos em todas as mulheres presentes nos encontros do GT: como poderíamos deixar no esquecimento as cenas de que durante os depoimentos houve choro, lágrimas de emoção e um abraço coletivo ao final do último encontro?



1 O II CONALI e as mulheres surdas

Organizado e promovido pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), o II CONALI realizou-se no Distrito Federal entre os dias 18 e 21 de abril de 2023, na Universidade de Brasília (UnB), tendo como coordenadora geral a Dra. Flaviane Reis, professora surda e Diretora do Departamento de Políticas Educacionais e Linguísticas da Feneis.

As diferentes programações do II CONALI se desenvolveram em um ritmo intenso ao longo dos quatro dias de trabalho, a partir de diferentes perspectivas e a partir de uma série de paradigmas acadêmicos, artísticos, linguísticos e culturais. Em meio a outras atividades, aconteceram as sessões de debate em oito grupos de trabalho temáticos (entre os quais figurava o grupo das mulheres) e que tiveram espaço de debate em tempos determinados. Foram formados os grupos de acordo com o interesse de cada participante. No GT que debateu as questões das mulheres surdas constatamos a presença de 35 mulheres e, em alguns momentos, também houve a participação de homens surdos nos motivando e apoiando.

Conhecida por sua profunda inserção nas comunidades surdas, lugar de onde traz sua reconhecida capacidade de compreensão das necessidades do povo surdo, a Dra. Marianne Stumpf, mulher surda, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi escolhida para coordenar os trabalhos dos diversos GTs que debateram sobre a temática de direitos das pessoas surdas em diferentes contextos. Esta escolha se deu em reconhecimento por sua carreira intelectual e seu rico e complexo engajamento nas problemáticas vivenciadas pelas pessoas surdas cotidianamente. Nesta parte importante do evento o principal objetivo foi o de elencar quais são os limites impostos pela sociedade para a plena participação das pessoas surdas nos mais variados segmentos da vida humana. A partir disso, foram organizadas uma série de temáticas⁶ que deveriam ser traduzidas a partir da concepção de direitos humanos das pessoas surdas e cuja não garantia impacta negativamente em suas vidas, assim como observamos que ocorre em relação à negação de direitos étnico-sociais das mulheres surdas. A presença da Dra. Marianne Stumpf à frente da coordenação dos GTs foi fundamental, pois ela lutou pela inclusão nos debates da temática da mulher surda, pois sabia que tal temática apresenta urgência em ser tratada. A coordenação dos trabalhos neste GT ficou a cargo da Dra. Francielle Cantarelli Martins, mulher surda, professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Dra. Gladis Perlin, professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e autora do presente artigo. Na realização das discussões do GT registra-se a colaboração de duas Tradutoras Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) ouvintes, participantes do evento, que atuaram na mediação comunicativa sempre que necessário, auxiliando no registro dos relatos, gravando em áudio os depoimentos expressos em Libras pelas mulheres surdas e transcrevendo para a língua portuguesa escrita, através do uso de recursos digitais.

Dividido em dois momentos, em dias distintos, o GT trabalhou, em cada encontro, por

⁶ As temáticas que foram organizadas para debate em cada grupo de trabalho (GT) foram: GT 1: Educação Bilíngue de Surdos; GT 2: Tradutor e Intérprete (Libras/LP); GT 3: Tecnologia e Acessibilidade; GT 4: Esporte e Lazer; GT 5: Direitos Humanos dos Surdos; GT 6: Mulheres Surdas; GT 7: 7 Negros Surdos; e GT 8: Saúde da Pessoa Surda.

mais ou menos duas horas de interação, com o objetivo de respondermos à pergunta “O que as mulheres surdas precisam frente às instituições da sociedade em geral?”. Para tentar responder a esta pergunta, o grupo foi dialogando e refletindo sobre a existência das mulheres surdas nas relações sociais, na família, nas questões de segurança, de saúde, de educação, nas instituições públicas, considerando ainda as diferentes fases da vida destas mulheres, desde o nascimento, passando pela infância e adolescência das meninas e jovens surdas, chegando à fase das mulheres adultas surdas e das mulheres surdas na terceira idade. Uma vez elencadas as temáticas condizentes, mencionadas acima, e buscando responder à questão central, o GT foi conduzido de modo a possibilitar o compartilhamento das experiências, das angústias e dos problemas vivenciados por essas mulheres.

É deste contexto que esse texto emerge, buscando registrar algumas das falas mais impactantes das mulheres surdas presentes no II CONALI, complementadas e apoiadas em bases conceituais advindas da produção acadêmico-científica correlata ao campo de estudos. Os relatos e questões levantadas produziram mais de uma dezena de páginas escritas, expressando as mais diversas necessidades das mulheres surdas. O GT se configurou em um espaço onde foi possível refletir e livremente se manifestar a partir das questões que afligem as mulheres surdas, numa tentativa de reverter esses problemas ainda tão presentes no dia a dia dessas mulheres. Os relatos coletados auxiliaram a coordenação do GT a construir uma parte importante do documento final do CONALI II⁷.

2 Identidades marcadas: ser mulher surda

Vivemos, na atualidade, um momento oportuno para fortalecer a luta das mulheres surdas pela efetivação de direitos considerados basilares para sua plena participação no mundo. Assim, as mulheres surdas se mobilizam e, de maneira enfática, fazem algumas exigências radicais por políticas linguísticas, econômicas e sociais. Esse posicionamento vem promovendo uma mudança importante em uma prática que persiste e as acompanha há muito tempo: a questão de mulheres ouvintes tomarem o lugar de fala e falarem pelas mulheres surdas. Paulatinamente, essa prática, vinculada principalmente a uma perspectiva assistencialista da sociedade, vem sendo quebrada, possibilitando que as expressões dessa minoria sejam legitimadas.

Para Silva (2000), a questão da identidade e da diferença do outro é sempre um problema. Nesse sentido, por muito tempo as mulheres surdas ficaram à mercê de estruturas de poder e opressão, dada a condição de subalternas concernente à diferença linguística e cultural imposta a esse grupo, que o estereotipava como menos válido socialmente⁸. Nessa lógica, por muito tempo as pessoas surdas viveram dentro de uma perspectiva de existência que lhes imputou diversos impactos negativos, especialmente vinculados a um processo de in(ex)clusão, o qual a sociedade recorrentemente lhes impôs: o de ocupar o lugar de deficientes.

⁷ Manifesto dos cidadãos surdos: nossos direitos humanos pela garantia da educação bilíngue ao longo da vida. Relatório final desenvolvido pela Conferência Nacional da Libras (Conali 2023). [livro eletrônico / texto final coletivo: vários autores et. al.]. 1a edição. Belo Horizonte: Grupo Feneis, 2024. ISBN: 978-65-982464-0-2

⁸ Como mulher surda, eu, Gladis Perlin, compactuo com relatos trazidos por outras mulheres surdas durante os encontros do GT, nos quais muitas foram as situações narradas nas quais as mulheres ouvintes retratam a nós surdas como mulheres difíceis de entender, nervosas, agressivas, mulheres que não compreendem, que é melhor deixar longe, que são dignas de pena, de atendimentos sociais reparatórios ou de reabilitação auditiva.



Para Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 131), a in/exclusão se caracteriza pela presença de todos nos mesmos espaços físicos e pelo convencimento dos indivíduos de suas incapacidades (e/ou capacidades limitadas) de entendimento, de participação social, educacional e laboral.

Socialmente essa inclusão, imposta sem nenhuma consideração pela condição de diferença cultural e linguística dos surdos, remete à necessária correção ou normalização determinadas por padrões audistas⁹. As pessoas surdas recorrentemente se depararam com as narrativas que a humanidade estabeleceu como normas de sua própria existência. Conforme afirma Lara (2021), essa normativa, quesito das identidades surdas, “não se trata de uma relação direta ouvinte-audismo, mas sim de práticas culturais pautadas em uma norma auditiva.” (Lara, 2021, pág. 10).

No decorrer dos diálogos realizados no âmbito do GT, foi possível observar que a crítica que emergiu dos relatos das mulheres surdas, em relação ao lugar de fala, se pauta em muitas experiências nas quais mulheres ouvintes substituem esse lugar e lhes “roubam a voz”, excluindo e inferiorizando sua existência, usurpando seu lugar nos mais diversos espaços sociais e colocando as mulheres surdas em posição de subalternidade. Com o objetivo de problematizar essa questão, voltamos a indagar se as mulheres surdas serão sempre estereotipadas à condição de deficientes¹⁰, uma vez que elas próprias não se identificam nesse lugar, preferindo localizar o debate a partir da diferença linguística, da cultura, de seu jeito peculiar de ser e de estar no mundo.

Esses estereótipos sobre as mulheres surdas existem há muito tempo. E não devem ser considerados normais ou corriqueiros, pois na verdade tais estereótipos representam, de acordo com Stam e Shohat (1995), formas opressivas, que permitem um controle social eficaz sobre a mulher surda e que determinam, exatamente, uma devastação psíquica sistemática e violenta. Corroborando com esta reflexão, Gabilondo (2001) afirma que [...] a diferença não se reduz à diferença de alguém consigo mesmo nem simplesmente à de alguém com outro, mas que é a experiência viva de uma irrupção – da palavra e do olhar – que é a que torna possível essas outras formas da alteridade (Gabilondo, 2001 p. 193).

Neste sentido, relembramos aqui o brado de liberdade dado por uma mulher surda, quando afirmou que “do momento de meu encontro com o outro surdo era o igual que eu queria, era a comunicação que eu queria e que fazia de mim ser o outro-igual” (Perlin, 1999). De posse de sua liberdade, como surda, essa mulher se sentiu livre ao compreender que tinha uma língua, que não podia ser proibida de usá-la, que podia acessar o conhecimento através dessa língua de sinais e ser feliz sem a impositiva couraça do português. Então, é sobre esse sentimento de liberdade de ser e se autoafirmar uma mulher surda, considerando e valorizando sua identidade surda, que as trocas do GT se firmaram.

⁹ Parafraseando Lara (2021), o audismo refere-se à hegemonia cultural do ouvir e falar como termo de normalização. Isso nos recorta como subalternos por nossa língua e experiência visual, pelo fato de sermos surdos e de não nos enquadrarmos na norma hegemônica ouvinte.

¹⁰ Mesmo com o passar dos anos, eu, Gladis Perlin, não desisto dessa pergunta. Eu a inseri socialmente no dia em que minha orientadora de mestrado decretava: os surdos estão inseridos entre os deficientes. Retruquei contestando-a, assumindo uma condição de revoltosa: “Então serei sempre chamada de deficiente? Eu sou surda!” Como as aulas seguiam nessa linha, tomei a decisão de findar meus estudos com essa professora. Procurei outras possibilidades e com isso mudei de orientador: queria poder contar com outros pontos de vista, que me mostrassem outras perspectivas e o professor Carlos Skliar estava lá. O professor Skliar tem fundamental importância na virada epistemológica da educação de surdos nos anos 1990 e sua obra, até os dias atuais, são referências para as discussões e os debates em torno da temática.

3 As questões intrigantes da deficiência e da subalternidade imposta pela não compreensão da diferença

A diferença é uma questão complexa, ainda nos dias de hoje. Muitos autores vêm se debruçando a tratar desta temática. Dentre eles, destacamos o renomado pesquisador argentino, o Prof. Dr. Carlos Skliar, que passou um tempo valioso como professor convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) nos anos 1990 e 2000 se dedicando aos Estudos Surdos na perspectiva da diferença. Skliar recorrentemente fala sobre a educação proporcionar “mesmidades”, alertando que dessa forma dificilmente a diferença encontra lugar, sendo a ela relegado o papel de deficiência. A partir dessa perspectiva, ao fazer o percurso inverso, a língua de sinais se apresenta como possibilidade de saída da mulher surda dos espaços onde são colocadas no lugar da deficiência, o que conseqüentemente possibilitaria seu fortalecimento contra as mais diversas formas de violência e de marginalização a que são submetidas.

Donna Haraway (1995), ao falar sobre um possível conhecimento constituído em projeto ético, identifica saberes que aqui poderíamos dizer também feministas, os quais denomina de “saberes localizados” e “corporificados”. Temos, neste sentido, como certo que mulheres surdas constroem seus saberes e conhecimentos através da língua de sinais, o que, conforme Haraway, tem relação com saberes localizados, que

[...] poderão contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica, reflexiva, cética, irônica, plural, parcial de ciência; poderão propiciar o desenvolvimento de um entendimento mais rico da objetividade, que inclua um “distanciamento apaixonado”, a contestação, a responsabilidade e a solidariedade, em função do extraordinário leque de contextos em que a ciência pode ser produzida (Haraway, 1995, p. 16).

A partir do pensamento de Haraway, identificamos a ideia da existência de saberes localizados porque as mulheres surdas têm em sua constituição muitos saberes que encontram no corpo sua manifestação. Mesmo que não queiram, mesmo que ainda nos dias de hoje existam pessoas que tentam ridicularizar e até riem destes saberes, a existência das mulheres surdas também faz parte da humanidade. As mulheres surdas tem saberes próprios, diferentes, que merecem a devida aceitação e que se impõem contra qualquer ação que vise encaixar essas mulheres nos moldes de uma suposta normalidade e perfeição. Os saberes das mulheres surdas são incômodos porque revelam a aparente desordem existente.

4 O protagonismo das mulheres surdas: do que estamos falando

Ser mulher surda protagonista seria tomar a iniciativa de denunciar os sofrimentos presentes na sociedade e que se mostram extremamente desfavoráveis aos seus iguais. Assim, ser protagonista neste contexto seria posicionar-se enquanto mulher que toma a iniciativa de se manifestar e de agir. E mulheres protagonistas sabem que agir juntas é o que nos torna mais fortes. Reconhecemos o que nos coloca desconfortáveis e incomodadas através da troca por meio dos relatos de experiências vividas, sentidas e pensadas. Também somos mulheres que se envolvem nos entrelugares e participamos das conversações por nossas causas, sem, contudo, desprezar as causas distintas das nossas.



Recentemente conquistamos a necessária saída do campo da deficiência e da incapacidade no cenário nacional. O documento oficial que deu início ao processo de emancipação da diferença surda do campo da deficiência foi a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), que reconheceu a Língua de Sinais Brasileira - Libras - como a língua de comunicação e expressão dessa comunidade no Brasil, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005). Estas publicações legais são um marco de nossas lutas e abriram espaço para a ampliação do debate, trazendo na esteira desses documentos outras leis, decretos, portarias e regulamentações, abordando, por exemplo, a obrigatoriedade da presença de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) para o atendimento às demandas comunicacionais das pessoas surdas e a inserção da educação bilíngue de surdos como modalidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), esta última publicada mais recentemente (Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021). Mesmo assim, com avanços e conquistas, é sabido que ainda não foi possível atingir todos os campos sociais nos quais precisamos de atenção.

A violência contra as mulheres surdas, em grande medida, tem por base as desigualdades de paridade com as mulheres ouvintes, seja nas questões linguísticas como nas trabalhistas, onde as mulheres ouvintes se sobressaem. E, para além disso, também enfrentamos o machismo e a misoginia, da mesma forma como as demais mulheres. Os problemas se sucedem. Há mulheres profissionais entre as mulheres surdas sendo atingidas de diferentes formas dentro e fora do seu campo de trabalho, no qual têm que provar diariamente a sua competência, levando muitas delas ao adoecimento físico e mental, ocasionando traumas profundos, por vezes irreparáveis.

Evidencia-se que as mulheres surdas desejam despertar, superando o fato de que suas vidas se desenvolvem em meio as dificuldades e aos múltiplos sofrimentos que são vivenciados enquanto mulheres e enquanto surdas. Nesse ponto, é possível perceber que estas mulheres têm, em comum, diferentes sentimentos de abandono. E a luta em torno desse abandono é também comum, o que as leva a se mobilizar, mais recentemente, nas lutas nas quais estão engajadas.

Atualmente, ainda é pequeno o número de mulheres surdas que está atuando nalgumas universidades do país como docentes e pesquisadoras. Há também algumas estudantes surdas de graduação e pós-graduação espalhadas nas Instituições de Ensino Superior (IES). No entanto, apesar da presença feminina surda na ciência, ainda se entende que as mulheres surdas pouco avançam na carreira e, até mesmo, na consciência de problemas que nos atingem pelo fato de sermos mulheres.

Ainda hoje, nos espaços da exclusão e da deficiência, é recorrente que as mulheres surdas se encontrem desassistidas. Pode-se afirmar, infelizmente, que muitas dessas mulheres estejam relegadas à exacerbada proteção da família. A sociedade tende à ideia de que atender a uma mulher surda é ainda querer agarrar com as mãos a névoa ou a luz que não é palpável. Essas reflexões são fundamentais para que, a partir da próxima sessão, possamos apresentar algumas das narrativas expressas durante a realização dos diálogos do GT, anteriormente mencionado, que tratou das questões das mulheres surdas.

5 Os relatos das mulheres surdas participantes do grupo de trabalho específico do II CONALI

A partir desse ponto, pretendemos apresentar algumas das problemáticas relatadas pelas mulheres surdas durante os encontros do GT. Esses excertos trazem, muitas vezes, a simplicidade e a emoção dos relatos, tais quais foram colhidos. E precisamos confessar que em muitos momentos, neste processo de diálogo durante o II CONALI e de escrita desse texto, realizada posteriormente ao evento, nossos olhos estiveram mareados pelas lágrimas, pois os depoimentos mesclaram dores vividas e sofrimentos enfrentados por essas mulheres surdas que, corajosamente, compartilharam no GT essas lembranças tão duras. Cabe, ainda, destacar, que optamos por caminhar dessa maneira neste registro em respeito a cada relato e a cada participante, que apesar da dor também demonstrou alívio por liberar o brado abafado em seu peito com essa oportunidade de deixar rolar rosto abaixo¹¹ algumas das muitas lágrimas silenciadas por tantos anos.

Dentre os temas que surgiram, nos chamou muito a atenção os relatos que traziam à tona falhas grotescas em relação a serviços de saúde e proteção da saúde de meninas e mulheres surdas. Optamos por não nomear, nem mesmo identificar as falantes por letras ou nomes fictícios, pois entendemos que são expressões que, apesar de narradas por umas, foram e ainda são vividas por muitas dessas mulheres.

"Durante o parto eu não tive o direito de saber o que estava se passando comigo e nem com meu filho, o hospital não deixou o intérprete entrar."

"Eu quero saber sobre minha saúde, mas não tem intérprete. Quem me acompanha é minha mãe e às vezes minha irmã. Quem sabe sobre minha saúde são elas."

"Minha amiga estava com uma forte dor de cabeça. Foi sozinha ao hospital e não tinha intérprete. Esperou a mãe chegar para ir juntas ao médico. Quando a mãe chegou já era tarde. O tumor estava em metástase. E dias depois acabou morrendo."

O mais aviltante é perceber que às mulheres surdas não é dado conhecer sobre a própria saúde. Mesmo com o avanço da sociedade, com a conquista de direitos pelas mulheres, ainda assim as surdas parecem continuar vivendo em séculos passados, quando as mulheres não tinham o direito de serem informadas sobre sua saúde e nem mesmo podiam opinar ou manifestar suas vontades e dúvidas.

¹¹ Como descrever aqui aquele choro dolorido no rosto de uma das mulheres surdas que relatou os 8 anos sofridos sob o abuso de um estupro e sua família chamando-a de mentirosa. O fato foi constatado pela família quando a menina com 12 anos já estava grávida. Depois, diante da ameaça de perder o filho, lutou sozinha para tê-lo consigo

Fica quase impossível que não pensemos que a identidade de mulher surda seja uma questão complicada para a sociedade. Nos espaços da segurança social também observamos a existência de uma forma grave de opressão que se dá por uma outra identidade que vem sendo impressa às mulheres surdas, que não condiz com a realidade. Parafraseando a expressão utilizada por Judith Butler (2003), sentimo-nos como corpos que não importam. A temática vem à tona quando através dos relatos de problemas que as mulheres surdas vivenciam especialmente frente aos campos da justiça e da segurança. Como propõe Butler, notamos que o corpo da mulher surda passa a ser tratado como sem importância. Ou, pior: um corpo que necessita de normalização, ato que remete à invisibilidade, ao desconhecimento, dando até a impressão de que os corpos das mulheres surdas não são da competência da justiça ou da segurança. Apresenta-se, neste ponto, novamente o controle que busca encaixar as mulheres surdas no padrão normalizador ouvinte que a sociedade elege como o certo e o desejável. Será que isto se insere como uma espécie de desconhecimento? Essa depreciação, essa degeneração da identidade original da mulher surda requerem atenção da parte dos órgãos de segurança e justiça.

As mulheres surdas têm o direito de ser reconhecidas a partir da identidade cultural, constituída por meio do conjunto de práticas que as diferem das demais mulheres. No caso, necessitam da presença de TILS em ambientes onde as instituições não conseguem atendê-las diretamente em Libras. Essas mulheres se comunicam por meio da língua de sinais e por meio dela se fazem entender. E não é através de práticas que introduzem o audismo que essas mulheres surdas entendem e se comunicam com o mundo. As práticas audistas são outras. E no caso das mulheres surdas que desenvolvem habilidades leitoras, mesmo assim, a comunicação prioritariamente ocorre através de experiências visuais que as possibilitam interagir normalmente com o mundo. Em relação a essas questões, outros relatos podem ilustrar bem ao que estamos nos referindo.

“Na Delegacia da Mulher faltam esclarecimentos. Somos recebidas como mulheres incapazes, explosivas, loucas, doentes mentais, mudinhas, coitadinhas.”

“Disseram-me que a delegacia da mulher tinha duas funcionárias conhecedoras de Libras. Durante a interpretação sinalizavam apenas algumas palavras. Ficou ininteligível. Pedi a presença de meu pai, que sabe interpretar para mim, mas impediram a presença dele.”

Seriam as mulheres surdas “corpos incoerentes” ou estaria nos órgãos de justiça e segurança a falta de um entender desta diferença? As denúncias realizadas por essas mulheres nos mostram que é preciso fazer algo. Pode-se denunciar a ininteligibilidade do sistema a respeito das mulheres surdas.

Outro aspecto que muito nos tocou foi a temática da família, que deveria desde sempre proteger a criança surda, além de ser a primeira instituição social a se preocupar efetivamente

em proteger a mulher surda. Para Butler (2003, p.37) “[...] as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero”. Diríamos, nesse sentido, que as mulheres surdas se tornam mulheres quando as famílias as reconhecem como tal, em conformidade com padrões de diferença que as tornam inteligíveis. Infelizmente, vive-se em famílias que preferem manter a mulher surda na ignorância, negando-lhe conformidade com padrões culturais pré-estabelecidos. Ao nos referirmos a padrões culturais, destacamos os aspectos relacionados à competência da cultura surda, buscando efetivamente favorecer e permitir a compreensão da inteligibilidade da mulher surda. Vejamos os relatos que foram trazidos, quando a temática tinha adesão ao campo familiar.

“Eu tinha quatro anos quando meus pais me deixaram com um vizinho, ele abusou de mim. Eu contava (sinalizava) para meus pais e eles me chamavam de menina esperta em manipular. Quando eu tinha doze anos eu falei: ‘vocês me ignoraram, eu chorei os abusos durante anos e agora estou grávida’.”

“Negam a língua de sinais para a criança surda? Não percebem que com isso as crianças ficam incomunicáveis e fáceis vítimas de pedófilos.”

“A mulher surda tem direito a criar seu próprio filho no caso de tê-lo. Foi colocado que muitas mães surdas perdem esse direito devido a que a família acha que não sabem criar e educar, bem como, às vezes, lhes é negado o direito de procriar.”

“Eu fui ao Banco com minha corretora. O diálogo aconteceu entre o rapaz do Banco e a corretora. Não se preocuparam em me falar sobre a transação. Mais tarde percebi um desfalque, fiquei sem entender o motivo.”

Os atos, gestos, atuações das mulheres surdas podem produzir a inteligibilidade quando a sociedade não está preparada, quando não se abre a diferença surda. A performatividade¹² da identidade permite a inteligibilidade, o efeito de um núcleo ou conhecimento interno. Usuária da língua de sinais, a mulher surda não é uma incapaz de entender como está sendo

¹² O conceito de performatividade utilizado nesse artigo é consoante ao que propõe a autora Judith Butler, a partir do qual afirma que “não é um jogo livre nem uma auto-apresentação teatral; não pode também ser igualada à performance. Além disso, a regulação não é necessariamente aquilo que coloca um limite à performatividade; a regulação é, ao contrário, aquilo que impele e sustenta a performatividade (Butler, 1993, p. 93). Nesse sentido, a performatividade pode ser compreendida como “os códigos de significação que subjazem [possibilitam e restringem] determinadas performances”, e com isso, desafia a percepção do senso comum de que nosso comportamento [...] é a simples expressão de nossos eus essenciais (Cameron & Kulick, 2003, p. 150).

tratada. Porém, necessita que a sociedade aceite sua diferença.

Na continuidade desse registro, a questão da prestação dos serviços de tradução e interpretação para a mediação comunicativa entre a Libras e a Língua Portuguesa também foi um tema de destaque nos relatos. Nesse aspecto, ressaltamos que os profissionais que atuam como TILS são fundamentais para a plena participação das mulheres surdas na sociedade, nas mais diversas esferas da vida social. Essa relevância foi evidenciada pelas participantes. No entanto, conforme apresentamos nos excertos a seguir, é possível depreender, a partir dos relatos, que a área ainda precisa de investimentos no sentido de que os profissionais atuem numa perspectiva ética e comprometida com as pessoas surdas, compreendendo a importância que têm na promoção da efetiva inclusão social desse grupo.

“A necessária presença do intérprete profissional não é permitida em muitos lugares: nos hospitais durante consultas e parto, nas questões das interações judiciais.”

“Mulheres surdas valorizam a presença dos intérpretes como essenciais para sua emancipação, independência e liberdade de ação.”

“Mulheres surdas também denunciaram alguns intérpretes sem formação que se aproveitam delas e depois, em sua falta de ética, divulgam suas interpretações sem respeito à privacidade.”

A proibição da presença de TILS no acompanhamento às mulheres surdas em hospitais (assim como nas situações de justiça e segurança) se constitui numa violência linguística gravíssima. Viola o direito de a mulher surda ter ciência sobre sua própria vida, sobre sua saúde ou seu caso.

Esse profissional, o TILS, é extremamente necessário nos contextos de atendimento às necessidades das mulheres surdas. Os cursos que oferecem formação para atuar como TILS têm sido cada vez mais procurados, sendo que no Brasil essa formação se dá por meio dos cursos de graduação em Letras, com habilitação em Libras (Bacharelado). Atualmente, diversas universidades oferecem esse curso, algo de grande valia para os surdos de modo geral. No contexto contemporâneo, a formação por meio desse curso superior tem conseguido garantir a empregabilidade de seus formados, que atuam como tradutores-intérpretes em instituições educacionais (desde a educação básica até o ensino superior), nos hospitais e demais ambientes de saúde, nas delegacias, em espaços jurídicos, no âmbito político, nos espaços culturais e em qualquer lugar onde a vida da pessoa surda assim o exigir.

O apelo que foi lançado nos relatos das mulheres surdas em relação aos TILS se deu no sentido da necessidade de uma formação de qualidade, sem esquecer de que especificamente a formação humana e ética é tão importante quanto a formação linguística e cultural deste profissional. Touraine (2009) nos apoia nesse sentido, quando aborda o respeito a cada sujeito de ser criador de seus direitos, ao afirmar

O sentido da vida humana somente brota da própria definição pelos seres humanos daquilo que é humano, daquilo que é respeito ao direito de cada indivíduo à liberdade em todos os domínios de sua vida pessoal e coletiva. A última palavra deve ser esta: cada qual tem o direito de ser sujeito criador de seus direitos. (Touraine, 2009 p. 240).

Em relação a esse ponto fundamental desse relato, ressaltamos que as mulheres surdas necessitam de intérpretes fluentes e preparados para o exercício ético e comprometido da profissão. Não querem, portanto, alguém que venha preparado para “*fazer tudo para e pelo surdo*”. As pessoas surdas não precisam de caridade, de pena ou de alguém que atue para substituir sua presença e seu lugar de fala. Repetimos aqui, em apoio às mulheres surdas, como dito na célebre frase incorporada pelo movimento surdo em diferentes momentos de luta pela efetivação de direitos, “Nada sobre nós, sem nós!”.

Outra questão que precisamos destacar neste registro diz respeito a necessidade de que as mulheres surdas tenham as condições adequadas para construir seus direitos nos ambientes acadêmicos. Somente a partir de oportunidade que atendam as necessidades e especificidades das mulheres surdas é que será possível, efetivamente, se engajar nos campos da ciência e da produção do conhecimento. Sobre esse ponto de diálogo, destacamos algumas das falas que as mulheres surdas trouxeram e nas quais são evidenciados vários aspectos que nos levam a depreender que, mesmo no âmbito universitário, ainda precisamos avançar na discussão relacionada de suas pautas, bem como nas questões vinculadas ao ingresso, à permanência e ao êxito desse grupo, seja na posição de alunas, seja na posição de professoras e de pesquisadoras. Um exemplo muito presente diz respeito à recorrente imposição do uso da Língua Portuguesa em detrimento ao uso da língua de sinais, que acaba sendo colocada em posição de demérito. Esses aspectos são evidenciados nas narrativas das mulheres surdas do GT, sendo que alguns desses relatos apresentamos na sequência.

“As universidades precisam conhecer a realidade das mulheres surdas.”

“Precisamos da criação de coletivos para a discussão da educação de mulheres surdas e seus direitos políticos e sociais na educação básica e universidades.”

“As universidades devem apoiar a mulher surda sem exigências de que seus TCCs, Dissertações e Teses sejam escritas em português. A Libras é a língua das surdas e aceita em muitas Universidades Brasileiras em forma filmada ou em sua forma gráfica.”

“A mulher surda estudante necessita de verbas para a correção em caso de exigência de trabalhos com escrita em português.”

“Nunca recebemos orientação em Libras antes de ingressarmos como professoras surdas na universidade. Isso gera problemas graves na vida funcional das mulheres surdas.”

Enquanto as alunas surdas relatam as muitas barreiras que vivenciam no curso de sua formação acadêmica, as professoras surdas, por sua vez, sentem que precisam lidar com inúmeras dificuldades quando ingressam na carreira docente. Narram que ainda estão diante de instituições que, apesar de tentarem de alguma forma acolhê-las, impõem o uso do português como primeira língua e isso causa um processo que discrimina as pessoas surdas e a Libras nos espaços escolares e acadêmicos, subalternizando e prejudicando as estudantes e as professoras surdas que estão nestes espaços. É importante reafirmar que as mulheres surdas são tão capazes nos campos das ciências quanto outras mulheres ou quanto os homens.

Considerações finais

No que se refere à existência como mulheres surdas, o abandono progressivo da ideologia clínica dominante (que impõe a necessidade de normalização do corpo surdo), bem como a aproximação aos paradigmas socioculturais, não podem ser considerados, por si só, como suficientes. As mulheres surdas do tempo presente vivem um momento de autoconhecimento, de produzir-se enquanto mulheres surdas e de apresentar à sociedade nossa diferença e necessidades.

Daí emerge a importância de as mulheres surdas priorizarem o enfrentamento de diferentes tipos de violência: violência linguística, violência de paridade com as mulheres não surdas, violência doméstica e familiar, violência sexual, situações que resultam em crimes de feminicídio, violências virtuais, assim como na violência política e de gênero. Essas questões, que já são assumidas pelo Ministério da Mulher no contexto do Brasil, também a nós, sociedade como um todo, competem.

Se as questões das mulheres surdas não forem colocadas em evidência, pode haver uma leitura equivocada de estarem imersas em atos de “não ação”. As mulheres surdas também são sujeitas do processo. Assim, a luta das mulheres surdas deve ser construída em conjunto com a sociedade. Luta surda que constrói e que visa romper com as narrativas que não pertencem às pessoas surdas, especialmente aquelas que tentam manter esse grupo no lugar da deficiência. É urgente promover a mudança dessa concepção que a sociedade tem sobre as mulheres surdas e fazer valer o direito básico e fundamental a políticas diferenciadas, que são necessárias à plena participação social desse grupo.

Ser mulher surda é sempre um feito na diferença. Há identidade de mulher surda por trás do assumir a identidade cultural como mulher e como surda. É uma expressão de gênero, de cultura e de pertencimento. Essa identidade é performaticamente construída no gênero, no assumir da cultura e da diferença linguística, bem como em suas significações, oferecendo como resultado a constituição de sua identidade. Esse discurso de luta das mulheres surdas pertence a todo discurso de sua existência, estabelecendo e exigindo ações políticas diferenciadas, onde não existe a pessoa deficiente, mas sim, a cidadã, que como tal merece atenção e diálogo no contexto governamental.

A mulher surda deve ser estimulada e apoiada a ocupar seu lugar de fala. Seu empoderamento vem também do empoderamento de seu povo: o povo surdo. A grandeza das mulheres está nisso, em ser protagonistas da luta de seu povo, e neste protagonismo

denunciar os problemas experienciados pelas pessoas surdas, os epistemicídios¹³ vivenciados, e a partir disso buscar soluções sustentáveis. Uma mulher que se sente segura a partir desses princípios se torna uma grandeza, uma potência que encanta, que anuncia novos tempos e que traz inspiração a todo o povo surdo.

As políticas de governo devem abranger a todas as mulheres e isso nos motiva. No entanto, é fato a existência de barreiras que impedem ou dificultam as mulheres surdas de ocupar lugar nesse contexto, em grande parte pelas limitações da sociedade e do próprio governo. É urgente propiciar e fortalecer espaços de diálogos que sejam acessíveis às mulheres surdas, apoiando esse movimento de luta no sentido de identificar quais são as políticas que ainda não foram efetivamente implantadas.

Concluindo nossa análise com base nos depoimentos de mulheres surdas aqui colocados, compreendemos que o debate em torno do tema central apresentado necessita ser ampliado, propiciando a participação de cada vez mais mulheres surdas nesta discussão. Mesmo que não existam leis que deem conta das necessidades específicas dessas mulheres, é preciso continuar lutando pela conscientização social sobre a mulher surda, que é um ser humano como qualquer outro e assim necessita de respeito e proteção. As mulheres surdas devem ser incentivadas a se engajar nos meios sociais, políticos e científicos, para que auxiliem nas necessárias mudanças nos modos de pensar e agir, em conjunto com a sociedade, buscando os meios mais eficazes para eliminar toda e qualquer forma de exclusão social. Para tanto, é preciso fortalecer atitudes de acolhimento e respeito, de modo acessível, por parte do governo e da sociedade brasileira.

Referências

- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
- BUTLER, J. Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex". Nova York, Routledge, 1993.
- _____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMERON, D; KULICK, D. Language and Sexuality. Cambridge, CUP, 2003.
- GABILONDO, A. La vuelta del Otro. Diferencia, identidad, alteridad. Madrid: Editorial Trotta, 2001.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagú. n 5, p. 07-41; 1995.
- LARA, A. P. Experiências de protagonismo surdo. Dissertação de mestrado, UNISINOS, 2021
- SANTOS, B. de S. A Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia de saberes. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SILVA, T. T. Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2000.
- SKLIAR, Cs. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- STAM, R.; SHOHAT, E. Estereótipo, realismo e representação racial. Imagens, 5, 70-84, 1995.
- TOURAINÉ. A. Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante. Petrópolis, RJ: vozes, 2009.
- VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. In: Nas insurreições, atravessando textos, imagens, perspectivas. Verve - Revista do NU-SOL (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP) n. 20 (2011). Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>. Acesso em 10 fev. 2024.

